

# COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES PARA OS SETORES INDUSTRIAIS E DE *COMMODITIES*<sup>1</sup>

## Área 06: Globalização e competitividade regional

**Luís Abel da Silva Filho**

Doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA.

[abeleconomia@hotmail.com](mailto:abeleconomia@hotmail.com)

**Francisco Luiz Cazeiro Lopreato**

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

[lopreato@eco.unicamp.br](mailto:lopreato@eco.unicamp.br)

**Resumo:** as exportações brasileiras apresentam divergências setoriais e proporcionais significativas na balança comercial. Produtos industriais e *commodities* têm dinâmica divergente. Assim, objetiva-se analisar a dinâmica das exportações industriais e de *commodities* com destaque para as últimas, dado sua relevância para o comércio exterior brasileiro. Os dados são do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICE-WEB), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) entre os anos de 1997-2014, com tratamento dado às exportações feitas por qualquer tipo de via ou transporte. Para tanto, recorre-se a uma breve revisão da literatura; e, em seguida, constroem-se indicadores de participação relativa do comércio por intensidade tecnológica e por participação de *commodities* agropecuárias e minerais. Os resultados mostram que o país é deficitário no comércio de produtos industriais de alta e média-alta tecnologia e que suas exportações são mais dinâmicas em produtos industriais de baixa tecnologia e em produtos não industriais. Já em relação às *commodities* agropecuárias e minerais, os resultados denunciam a importância dos setores nas exportações brasileira e sua crescente e importante participação na constituição do Produto Interno Bruto – PIB do país.

**Palavras-chave:** Comércio internacional; Brasil; *Commodities* agropecuárias e minerais.

**Abstract:** Brazilian exports have sectoral differences and significant proportion in the trade balance. Industrial products and commodities have divergent dynamics. Thus, the objective is to analyze the dynamics of industrial and commodity exports with emphasis on the latter, given its relevance to the Brazilian foreign trade. Data are from the Analysis of Foreign Trade Information Internet System (ALICE-WEB), the Foreign Trade Secretariat (SECEX) of the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade (MDIC) between the years 1997-2014, with treatment of exports made by any route or transport. To this end, we resort to a brief review of the literature and then build up indicators of relative share of trade by technological intensity and participation of agricultural and mineral commodities. The results show that the country's deficit in trade in industrial products of high and medium-high technology and its exports are more dynamic in industrial products, low-tech and non-industrial products. In relation to agricultural and mineral commodities, the results denounce the importance of sectors in Brazilian exports and its increasingly important role in the formation of Gross Domestic Product - GDP of the country.

**Keywords:** International commerce; Brazil; Agricultural commodities and minerals.

---

<sup>1</sup> Artigo Publicado nos Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos – ENABER, Rio de Janeiro – outubro de 2019.

**JEL:** F00, F01, F06

## **1. Considerações iniciais**

O comércio internacional de um país é um importante gerador de divisas com países estrangeiros. Além disso, o comércio responde por parte substancial da entronização de divisas no balanço de pagamento, sobretudo em períodos de baixa mobilidade de capitais. O Brasil tem registros de significativa manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos, via elevação das exportações e redução das importações no comércio internacional. Nos anos de 1980, assistiram-se as tentativas, pautadas em políticas específicas de comércio exterior, com o fito de melhorar a performance brasileira no comércio internacional e conseqüentemente solucionar problemas no balanço de pagamento, em um contexto de forte transferências líquida de divisas para o exterior (Belluzo & Almeida, 2002).

As políticas implementadas com o objetivo de elevar o comércio internacional brasileiro, tinham como principal instrumento, a taxa de câmbio. A apreciação cambial, dado pela desvalorização da moeda doméstica (política utilizada a contento, à época), seria uma forma de se elevar as exportações e gerar excedente em outras moedas (Carneiro, 2002). Porém, tais práticas não são, todavia, interpretadas e nem utilizadas como forma de melhorar a performance de um país no comércio internacional, já que a competitividade não é observada no seu sentido restrito de redução de preço, mas de elevação da qualidade dos produtos comercializados; das políticas comerciais desenvolvida pelos países e da capacidade de ajuste de oferta à demanda no contexto da economia global.

No entanto, é importante considerar que a política cambial, sobretudo em países com reduzida capacidade de concorrência via mecanismos de inovação e de produção de excedentes exportáveis, com aceitação internacional, acoplada às políticas tarifárias de comércio exterior, acaba sendo a principal forma de promoção de política de comércio internacional. Nos anos de 1990, sobretudo a partir da implementação da nova moeda, o Real, o Brasil registrou déficit acentuadamente elevado na balança comercial, diante da valorização da moeda doméstica, somada a uma política de abertura econômica exagerada (Batista Jr, 1996). Com isso, o maior poder de compra doméstico, em um contexto de abertura comercial, foi prejudicial às relações comerciais do país.

Nos anos 2000, a melhor performance brasileira no comércio internacional foi observada pela ótica da elevação dos preços de *commodities* no mercado internacional (Medeiros, 2013; Serrano & Summa, 2014), bem como a taxa cambial foi ora favorável, ora desfavorável ao seu desenvolvimento, mas com resultado positivo de comércio, dado o saldo da balança comercial no período. As vendas de tais produtos elevaram-se em detrimento de uma taxa de câmbio favorável às exportações e com efeitos substancialmente desfavoráveis à indústria brasileira. Nesses aspectos, o objetivo deste artigo é analisar o comércio internacional brasileiro, mas com ênfase à dinâmica industrial por intensidade tecnológica, bem como das *commodities* agropecuárias<sup>2</sup> e minerais entre os anos de 1997 e 2014.

Para atingir o objetivo do estudo, o artigo encontra-se, assim estruturado: além das considerações iniciais, a segunda seção apresenta uma abordagem acerca do comércio internacional brasileiro e seus desdobramentos no contexto da globalização produtiva; na terceira seção, apresenta-se o panorama das exportações e importações de acordo com a intensidade tecnológica dos produtos comercializados; na quarta seção, busca-se apresentar a dinâmica do comércio internacional e de *commodities* e sua trajetória ao longo dos anos em apreço; na quinta seção, tecem-se algumas considerações finais.

---

<sup>2</sup> Trata-se das *commodities* agrícolas (grãos e frutas) e pecuárias (carnes e derivados).

## **2. O comércio internacional brasileiro e seus desdobramentos no contexto da globalização produtiva.**

A discussão acerca da inserção internacional brasileira no comércio mundial, aqui abordada, retoma aos pressupostos empreendidos pelas ações neoliberais no bojo da abertura econômica e da globalização produtiva mundial vislumbrada no final dos anos de 1980 e no início dos anos de 1990. Os impactos setoriais na indústria brasileira foram bem enfatizados por Barros & Goldenstein (1997), no contexto da entronização da produção internacional no Brasil, diante do processo de abertura econômica norteados pela redução tarifária e da expansão do comércio via globalização produtiva.

Os resultados abordados defendem a competitividade da indústria brasileira, a partir de um processo de inovação tecnológica e constituição acordos comerciais, bem como a construção de cadeias produtivas em setores de intensidade tecnológica elevada, para que indústria consiga sobreviver ao forte processo de concorrência no comércio mundial. Embora a análise dos autores seja abordada a partir de reflexões e análise empírica dos anos iniciais do plano Real, é pertinente enfatizar que a discussão acerca da elevação da competitividade (Bielschowsky, 2014), da constituição de cadeias globais de valores (Hiratuka & Sarti, 2015) e da constituição de acordos de comércio, mantém-se constante na produção científica brasileira, quando se refere ao comércio internacional do país e suas perspectivas futuras.

Laplane & Sarti (1997) alertaram para os impactos do investimento direto externo (IDE) no Brasil, em sua forma produtiva, e seus impulsos sobre a estrutura industrial brasileira nos anos vindouros. Os autores destacavam a importância da inovação tecnológica e a elevação da produção em setores de maior valor agregado da produção industrial, como forma de manutenção e crescimento do comércio externo brasileiro. Com isso, a maior inserção do país na cadeia de comércio de intensidade tecnológica, melhoraria sua performance na geração de divisas e elevaria a produção e produtividade em setores de importância elevada para a produção industrial do país.

Hiratuka & Sarti (2015) mostram que, no contexto global, a indústria tem passado por importantes alterações nas estruturas produtivas e nas interações dos processos de produção. Os ganhos de produtividades são condicionados às formas de inserção nas cadeias de valores globais e na capacidade de expansão das atividades produtivas industriais, em meio ao desenvolvimento de políticas específicas a elas orientadas. Desta feita, o comércio internacional ganha dimensão pela constituição de relações industriais na composição das cadeias e pelo suprimento de artigos não produzidos ou produzidos em menor intensidade em outros países do mundo.

Porém, a dimensão do processo de desindustrialização tratado por Silva & Lourenço (2014), Hiratuka & Sarti (2015), dentre outros, afirmam que a participação industrial brasileira na expansão das atividades produtiva e de comércio internacional, carece de ações voltadas ao fortalecimento e a elevação das atividades industriais no país. A necessidade de uma política internacional com tal fito é evidente e urgente para reduzir impactos causados pela inserção externa no mercado doméstico brasileiro e para elevar a participação do país de produtos industriais no comércio internacional.

O cenário recente é divergente para os setores de atividade econômica brasileira que participam do comércio internacional. Por um lado, é expressivo déficit comercial em setores de alta e média-alta intensidade tecnológica (MDIC, 2015). Nesse contexto, as atividades industriais carecem, pois, de políticas com o fito de elevar sua produtividade para que a indústria nacional possa se inserir nas cadeias globais de valores com forte poder de competitividade e de ganho de mercado no comércio mundial (Bielschowsky, 2014). Por

outro lado, os produtos semimanufaturados, agropecuários e minerais apresentam destaque na pauta de exportação brasileira com significativa contribuição ao saldo da balança comercial do país.

A dinâmica internacional recente da comercialização brasileira tem sido elencada pelas exportações de *commodities*. A elevação dos preços internacionais, diante do “efeito China” (Bacha, 2013), tem impactado acentuadamente nas relações comerciais brasileiras e tem proporcionado resultados significativos ao comércio do país. Nos anos 2000, o comércio de *commodities* proporcionou desempenho significativo na balança comercial e impactou positivamente o desenvolvimento econômico interno (Serrano & Summa, 2014).

É notório e significativo o comércio de *commodities*, em anos recentes no Brasil, como forte indutor do comércio internacional e do desenvolvimento de setores a ele relacionados na cadeia de produção. A elevação dos preços das *commodities* tem relevância significativa em seu comércio nos anos 2000. Bacha (2013), Medeiros (2013) e Serrano & Summa (2014) enfatizam a contribuição do comércio brasileiro de tais produtos como forte fator na indução do desenvolvimento econômico. Destacam a importância do comércio para a dinâmica interna do país e para elencar o desenvolvimento de cadeias produtivas setoriais, a partir da elevação do comércio de produtos amplamente produzidos no território nacional e com demanda em alta no mercado externo.

Nesse sentido, torna-se oportuno observar a participação brasileira no comércio internacional, pela ótica da produção em setores de atividade com introdução de tecnologia mais elevada e pela ótica da contribuição das *commodities* nas relações comerciais. Assim, serão abordadas as duas questões no desenvolvimento das seções que se seguem.

### **3. As relações comerciais brasileiras e a intensidade tecnológica dos produtos comercializados<sup>3</sup>.**

É consenso na literatura econômica nacional, a participação relevante do Brasil no comércio internacional, com forte colaboração de *commodities* industriais e minerais e produtos semimanufaturados ou industrializados de baixa intensidade tecnológica. A menor participação do país no comércio de produtos de alta e média-alta tecnologia é reconhecido e debatido pela ótica da necessidade de ampliação da capacidade produtiva de tais setores, bem como em relação ao ganho de participação do país no comércio global. Assim, também é consenso na literatura, a necessidade e urgência da inserção internacional brasileira na produção e comercialização de produtos com elevada tecnologia.

Diante disso, esta seção aborda as relações comerciais brasileiras considerando a intensidade tecnológica setorial<sup>4</sup>, a partir de observações empíricas. Assim, os produtos industriais de alta tecnologia são definidos como: aeronáutica e aeroespacial; farmacêuticos; material de escritório e informática; equipamentos de rádio, TV e comunicação; instrumentos médicos e de ótica e precisão. Esse grupo de produtos apresentou baixa contribuição no valor dos produtos exportados pelo país (gráfico 01). Observa-se uma tendência crescente entre os anos de 1996 e 2000, com redução do indicador até 2003, e um comportamento relativamente constante até 2009, com nova tendência de redução neste ano e relativa constância até 2013.

Os setores de alta tecnologia mostram baixa participação nas exportações brasileiras. São, pois, carentes de elevação de produtividade, e isso deve ocorrer através de maior inserção tecnológica e de políticas setoriais mais específicas para seu desenvolvimento. São internacionalmente os setores de maior competitividade e com forte capacidade de

---

<sup>3</sup> Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

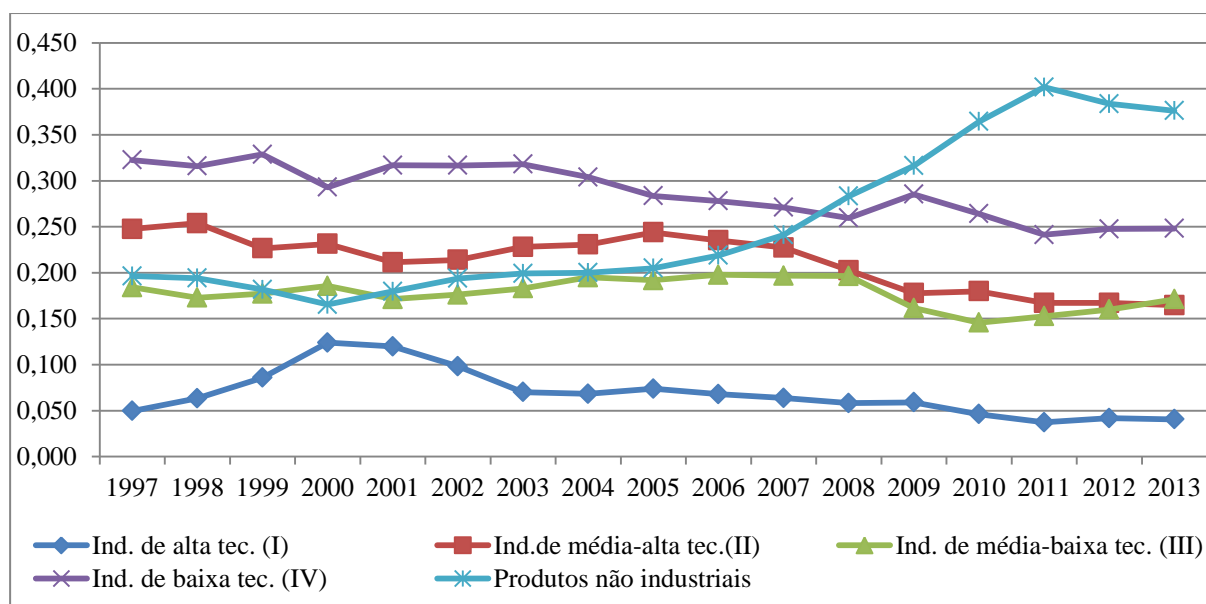
<sup>4</sup> Os indicadores são construídos a partir da razão exportações setoriais/exportações totais em dólares correntes (US\$).

encandeamento de cadeias produtivas, com o fito de maior inserção externa. Devem, pois, inserirem-se com mais afinco nas cadeias globais de valores; e, dessa forma, consolidarem-se no comércio externo. A ausência de ações voltadas ao seu desenvolvimento pode implicar na sua menor participação no comércio exterior; e, conseqüentemente, no seu menor efeito de inserção tecnológica e de competitividade (Bielschowsky, 2014; Hiratuka & Sarti, 2015).

Já a indústria de média-alta tecnologia que compreende os produtos máquinas e equipamentos elétricos (não especificados em outras categorias); veículos automotores, reboques e semirreboques; produtos químicos, excluindo os farmacêuticos; equipamentos para ferrovia e material de transporte (não especificados em outras categorias); máquinas e equipamentos mecânicos (não especificados em outras categorias) experimentaram comportamento mais cíclico nos anos em apreço. Em 2008 o indicador registra sua menor participação, até então, e mantém tendência de queda ao longo dos demais anos.

Os resultados plotados para esse setor ratificam, pois, a necessidade de ações voltadas ao fortalecimento da indústria brasileira, especificamente a indústria com nível tecnológico mais elevado. O que se observa é que quanto maior a intensidade tecnológica, menor é a quantidade, além de decrescente, das exportações brasileiras nos anos analisados. Essa perda de fatia de comércio pode ser oriunda do atraso relativo das políticas de inovações do país, em relação aos países com os quais mantém relações comerciais.

Os setores de média-baixa tecnologia, identificados como: construção e reparação naval; borracha e produtos plásticos; produtos de petróleo refinado e outros combustíveis; outros produtos minerais não-metálicos; produtos metálicos; segue a tendência semelhante aos de média-alta tecnologia, porém com participação em relação às exportações totais, um pouco inferior. A partir de 2008, registra-se redução da participação destes produtos com redução em 2009 e em 2010, anos nos quais a crise econômica mundial impactou nas exportações brasileiras. Em seguida, registra-se leve recuperação, a partir de 2011, mas com valores um pouco inferior aos observados nos anos pré-crise.



**Gráfico 01: Exportação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica (\*) 1996 a 2013 - US\$ milhões FOB**

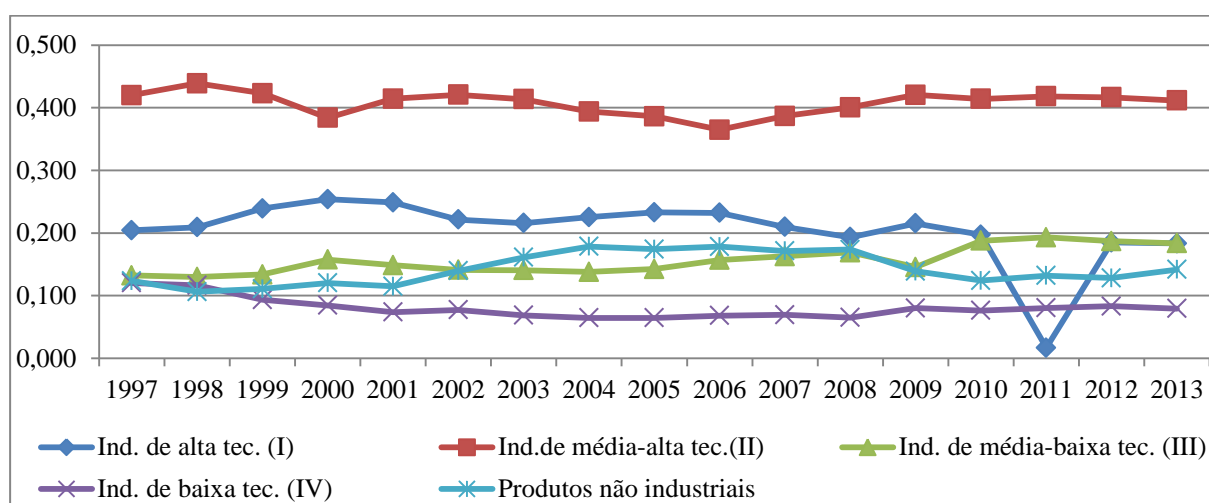
Fonte: elaboração do autor com dados da SECEX/MDIC, Brasil (2015).

Notas: (\*) Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

Os produtos de baixa intensidade tecnológica, a saber: produtos manufaturados (não especificados em outras categorias) e bens reciclados; madeira e seus produtos, papel e

celulose; alimentos, bebidas e tabaco; têxteis, couro e calçados; correspondiam por maior parcela das exportações brasileiras, até 2007. A partir deste ano, registra-se, com elevação de produtos não industrializados na composição da pauta de exportações do país. Cabe destacar que os produtos não industrializados perdem participação entre 1997 e 2000, mas voltam a ganhar em 2001, com tendência crescente até 2011, onde se registre leve redução nos dois anos seguintes.

Em relação ao comportamento das importações brasileiras (gráfico 02), pela classificação de intensidade tecnológica aqui apresentada, cabe destacar que a indústria de média-alta tecnologia ocupava a maior participação na pauta de importações do país, até o ano de 2013. A indústria de alta tecnologia apresenta comportamento semelhante e mantém-se, até o ano de 2010, como a segunda no *ranking* das importações. A redução é substancial em 2010 e cai aos níveis mais baixos da série entre 2011 e 2013.



**Gráfico 02: Importação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica (\*) 1996 a 2013 - US\$ milhões FOB**

Fonte: elaboração do autor com dados da SECEX/MDIC, Brasil (2015).

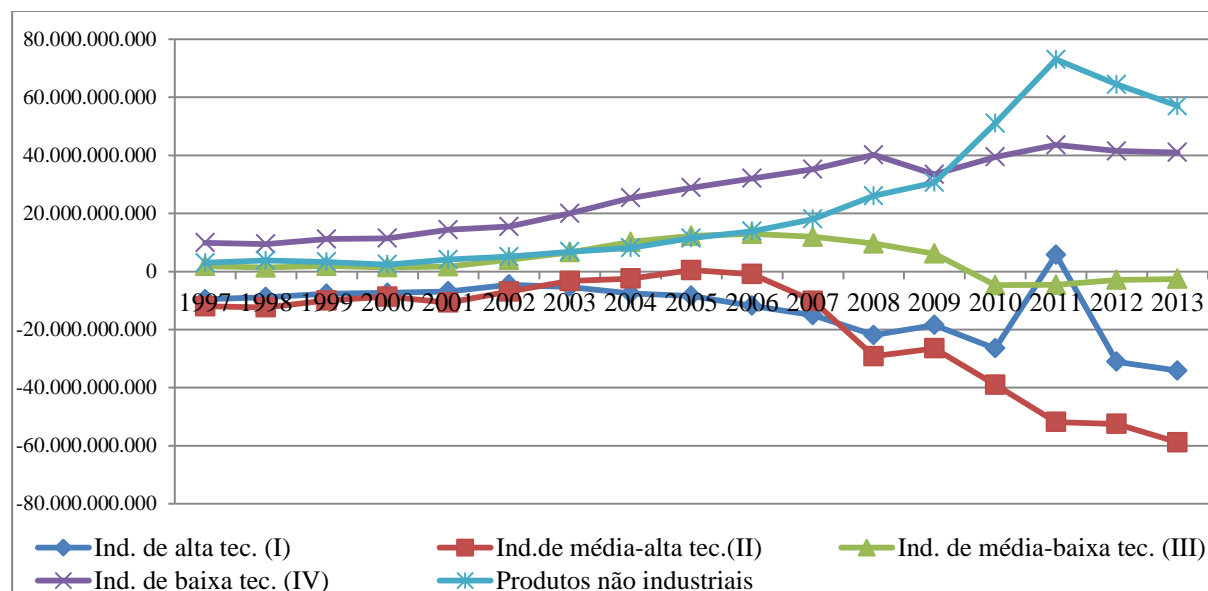
Notas: (\*) Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

O comportamento da indústria de média-baixa tecnologia foi o menos cíclico do período em apreço. Sua participação provoca uma ruptura na tendência observada até 2009 e eleva-se ligeiramente a partir de 2010. Já a indústria de baixa tecnologia, a que ocupou a menor participação na pauta de importações brasileiras, mantém sua posição até o final da série analisada. Assim, vê-se que a demanda doméstica brasileira por produtos industriais no exterior, é substancialmente por produtos industriais de alta e média-alta intensidade tecnológica. Os produtos de baixa intensidade têm a demanda interna suprida pela produção doméstica. Nesse caso, elevar a produção em setores industriais de elevada intensidade tecnológica, não somente torna o país competitivo internacionalmente, como atende substancialmente o seu mercado doméstico.

Esses resultados deixam, pois, evidente, que o Brasil carece de uma política nacional de incentivo à indústria com elevada intensidade tecnológica. Nesses setores o país é grande importador. As relações comerciais são acentuadamente afetadas, já que em produtos de maior valor agregado o país é mais dependente da produção internacional. As relações de troca, em linhas gerais, são substancialmente desfavoráveis ao comércio brasileiro, uma vez que precisa exportar mais para importar menos, considerando-se, apenas a abordagem setorial aqui estabelecida.

No que se refere ao saldo comercial, por intensidade tecnológica dos produtos comercializados, os dados do gráfico 3 mostram, que, os produtos de alta intensidade

tecnológica e de média-alta intensidade, apresentaram déficit em toda a série. Somente no ano de 2011 o Brasil apresentou superávit comercial de produtos de alta tecnologia. Isso pode ser justificado mais pela redução da absorção interna do que pelo aumento das vendas domésticas. Além disso, os anos seguintes apresentaram os maiores déficits da série temporal analisada.



**Gráfico 03: Saldo comercial Brasileiro dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica (\*) 1996 a 2013 - US\$ milhões FOB**

Fonte: elaboração do autor com dados da SECEX/MDIC, Brasil (2015).

Notas: (\*) Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

Os produtos de média-baixa tecnologia, nos quais o Brasil apresentou superávit comercial em quase toda a série, apresentam déficit, a partir de 2010, e mantém-se nos anos seguintes. No entanto, é oportuno destacar que cresce substancialmente o saldo comercial brasileiro de produtos não industrializados, com tendência crescente até 2011, e leve redução nos anos seguintes, mas com saldo elevado e positivo nessa categoria. Além deles, os produtos industriais de baixa tecnologia também apresentaram saldo em todos os anos da série.

Esses resultados mostram, pois, que o Brasil é competitivo internacionalmente em produtos de baixa, média-baixa intensidade tecnológica e em produtos não industrializados, enquanto nas demais classificações, o país perde participação no comércio mundial, além de apresentar déficits substanciais nas relações comerciais destes produtos. Destarte, faz-se necessário a orientação de políticas voltadas ao incentivo e ao desenvolvimento de atividades industriais, com elevada tecnologia, para que o país possa competir internacionalmente em setores industriais de maior valor agregado e com maior encadeamento de cadeias produtivas na inserção das cadeias globais de valores.

### 3. Dinâmica do comércio internacional brasileiro de *commodities* e sua trajetória

A dinâmica do comércio internacional brasileiro, em suas várias formas de expansão, tem enfrentado uma série de obstáculos relacionados à competitividade, a variação cambial e aos acordos comerciais entre os países. Mesmo assim, nos anos 2000, o Brasil vivenciou um *boom* das exportações, sobretudo a partir de 2005 (Cintra, 2006). Os principais fatores que

corroboraram desempenho foram: elevação substancial dos preços das *commodities*, dado pela elevação dos preços e da demanda chinesa (Bacha, 2013); a expansão dos mercados internacionais para produtos “in natura” (Medeiros, 2013); e, pela dinâmica macroeconômica internacional, elencada pelas boas condições econômicas de países parceiros comerciais do Brasil (Serrano & Summa, 2015).

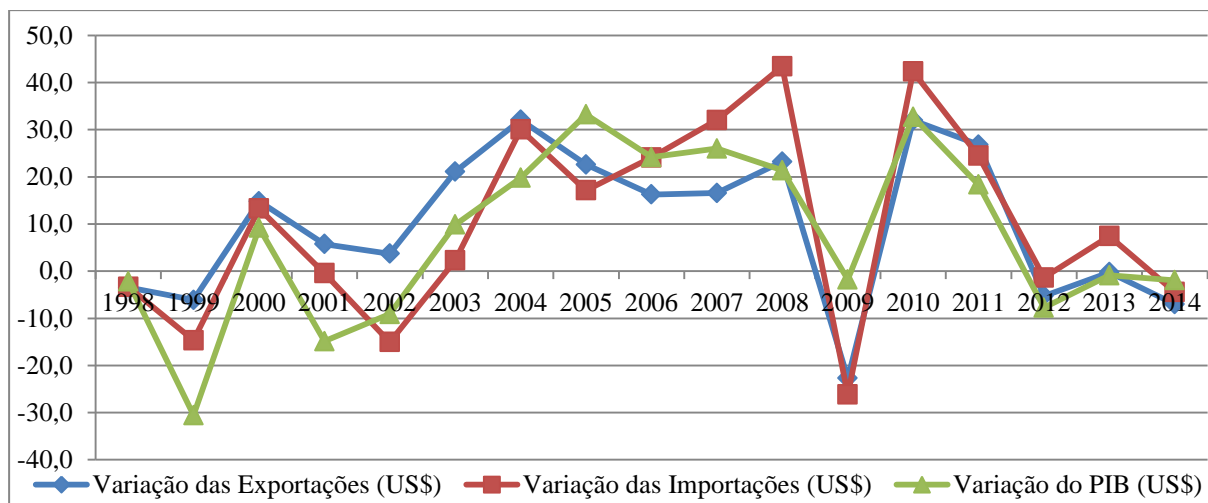
Esses fatores macroeconômicos oscilaram ao longo dos anos, corroborando variação substancial do comércio e do crescimento (mais levemente este último), sobretudo em períodos de expansão e retração, diante das condições macroeconômicas vivenciadas. Os anos iniciais da década de 2000 são marcados por crises políticas e econômicas no Brasil (recessão do crescimento, dado pelos apagões em 2001) e em países da América Latina, a exemplo da Argentina no mesmo ano (Remy *et al.*, 2011). Além disso, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 tiveram influências no comércio internacional, sobretudo com o Brasil, dado a retração de seu importante parceiro comercial, os Estados Unidos.

A recuperação do crescimento econômico brasileiro, a partir de 2004, mas com destaque para o ano de 2005 em diante, dado pelo desempenho macroeconômico internacional favorável, foi crucial ao desempenho do comércio internacional. Fatores anteriormente citados deram contribuições importantes à retomada das taxas de crescimento, tanto do PIB quanto das exportações e importações. A tendência de crescimento só foi afetada pela crise de 2008, com choque relativamente abrupto do crescimento em 2009. A retomada em 2010 e a queda a partir de 2012 denunciam um movimento cíclico de forte instabilidade do crescimento e do comércio internacional brasileiro nos anos 2000, a pesar de intervalos maiores nas rupturas das tendências de crescimento.

No que se refere à variação do PIB brasileiro, das exportações e das importações, o gráfico 4 mostra que há um comportamento relativamente semelhante na maioria dos anos em apreço. Nos anos de 1998 e 1999 a variação foi negativa para todas as variáveis plotadas no gráfico. Todavia, é oportuno destacar maior variação negativa para o PIB em detrimento das importações e das exportações, que, mesmo negativa, essa última apresentou a menor variação no ano, quando comparada às demais. No ano 2002 registra-se variação positiva, mas com queda nos anos de 2001 e 2002 (pelos motivos já citados) para o PIB e para as importações, sendo que as exportações apresentaram variação positiva, embora tímida.

Entre 2003 e 2008, tanto a variação positiva do PIB quanto das importações apresentam tendência cíclica, mas positiva. Já as exportações, experimentam crescimento crescente, a partir de 2003, e, mantiveram crescimento expressivo até 2008. Em 2009, os resultados da crise econômica internacional podem ser visualizados no gráfico com variação negativa e acentuada tanto nas importações quanto nas exportações e no PIB, sendo menor para este último. Cabe destacar que, no que se refere às relações comerciais do Brasil com o exterior, este ano registra a maior perturbação da série plotada no gráfico. Tanto as importações quanto as exportações sofreram redução brusca, o que provocou comportamento díspar do observado ao longo da série.



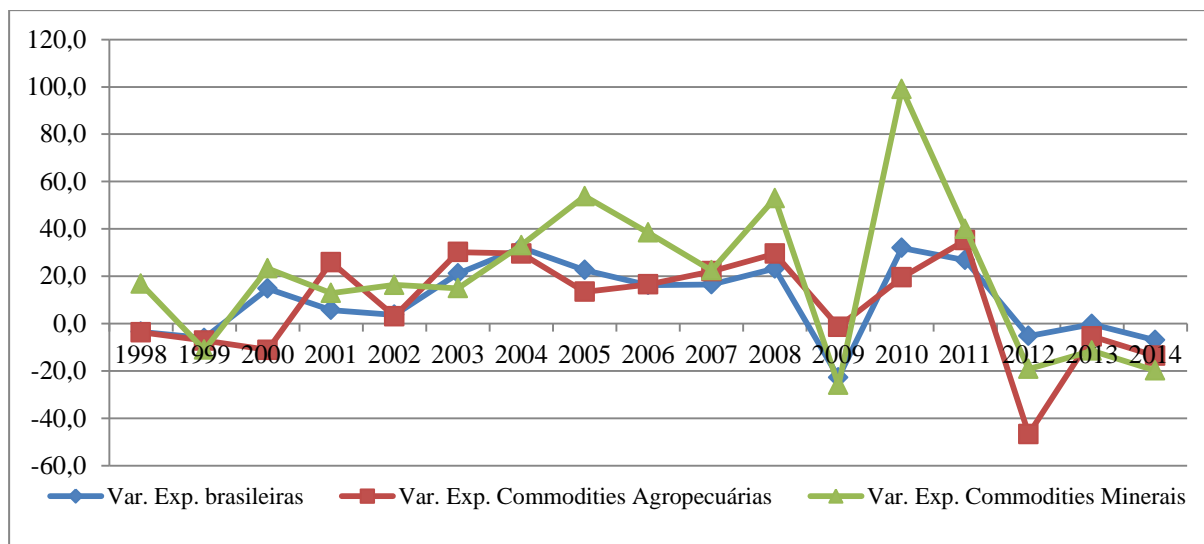


**Gráfico 04: Variação das exportações, importações e do Produto Interno Bruto brasileiro entre 1998 e 2014.**

Fonte: elaboração do autor com dados da SECEX/MDIC, Brasil (2015).

A recuperação, já em 2010, é resultado dos esforços empreendidos pelo governo brasileiro, com subsídio à produção e venda internacional de vários produtos industrializados, bem como pela recuperação de alguns países que foram afetados pela crise, ainda em 2008. Conforme pode ser observado, somente em 2009 o PIB e as exportações e importações brasileiras sinalizam o recuo do comércio internacional. Ademais, em 2011, a variação observada é relativamente menor que no ano anterior, mesmo positiva; e, em 2012, a variação tornou-se negativa no comércio internacional e no PIB do país. Em 2013 e 2014, tanto a variação do PIB quanto das exportações mantiveram-se negativas. Já as importações do país variaram positivamente no ano de 2013.

No gráfico 5, é possível observar que o comportamento da variação das exportações brasileiras e das exportações de *commodities* agropecuárias e minerais são substancialmente semelhantes ao longo da série, uma vez que o movimento é dado pelo desempenho destas últimas, em sua grande maioria. De 1997 a 2000, as exportações de *commodities* agropecuárias apresentaram variação negativa, comportamento semelhante ao observado pelas *commodities* minerais, apenas em 1999; e, das demais exportações, somente em 1998 e 1999. A partir de 2001, o comportamento da variação das exportações mostrou-se positivo até o ano de 2008. No ano de 2009, quando o país é afetado pela crise economia internacional desencadeada em 2008, a variação das exportações brasileiras registrou índice negativo, com valores positivos em 2010 e 2011, tornando-se negativos em 2013 e 2014.



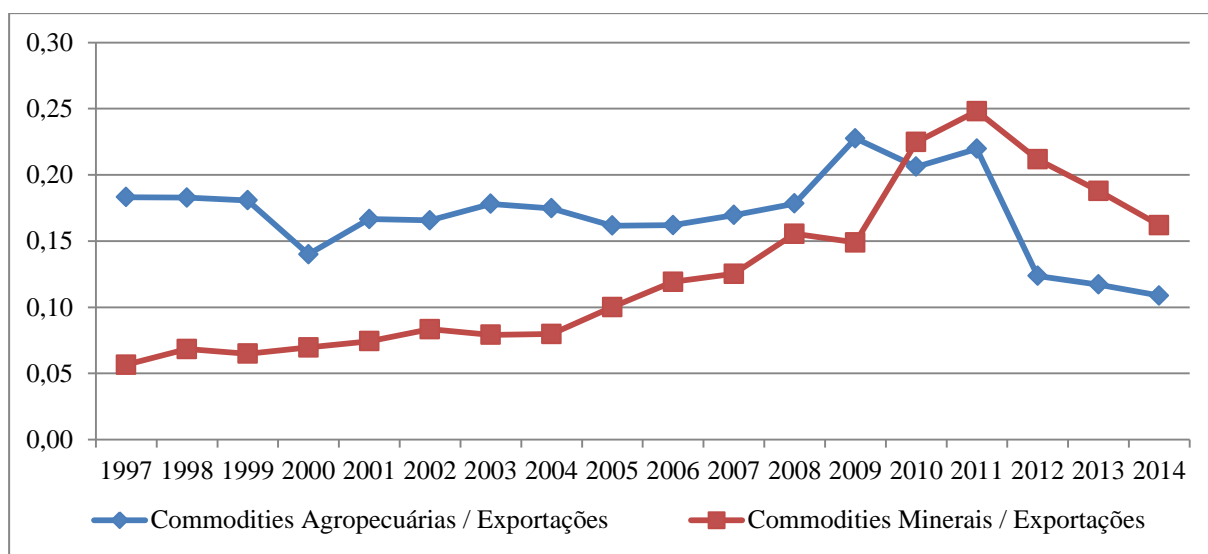
**Gráfico 05: Variação das exportações, exportações de commodities agropecuárias e minerais, entre 1998 e 2014.**

Fonte: elaboração do autor com dados da SECEX/MDIC, Brasil (2015).

O comportamento das exportações brasileiras foi determinado por um período de crescimento acentuado da demanda internacional, sobretudo de *commodities* agrícolas e de produtos semi-industrializados (Cintra, 2016). A partir de 2005, a retomada dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional permitiu ao Brasil um lugar de significativo destaque nas relações comerciais com o resto do mundo (Bacha, 2013, Medeiros, 2013, Serrano & Summa, 2014). As exportações foram substancialmente crescente em um contexto de favorecimento dos setores agropecuários produtores para exportação.

No que se refere à participação das *commodities* em relação às exportações totais do país, é possível visualizar, no gráfico 6, que há forte contribuição desses produtos na pauta de exportação. As *commodities* agropecuárias seguem uma tendência de leve oscilação até o ano de 2011. Em 2012 registra-se uma queda abrupta de sua participação nas exportações totais. Embora se tenha registrado queda acentuada das exportações brasileiras, mas é relevante destacar que tais efeitos não foram visualizados na agropecuária, já que tais mercadorias mostram o seu desempenho internacional em toda a série aqui plotada.

As *commodities* minerais seguem tendência crescente até o ano de 2001, com leve redução quantitativa em 2009 (efeitos da crise). A partir de 2011 os registros denunciam uma redução nos valores exportados pelo setor. Essa perda de participação é significativa para o setor, já que a tendência de crescimento se reduz abruptamente numa atividade exportadora que implementa elevados custos de manutenção e imobiliza elevados valores no setor produtivo. Desta feita, faz-se oportuno enfatizar que o cenário internacional desfavorável à demanda externa induz perda relativa do comércio internacional brasileiro de tais *commodities* e aprofunda o déficit comercial setorial do país.

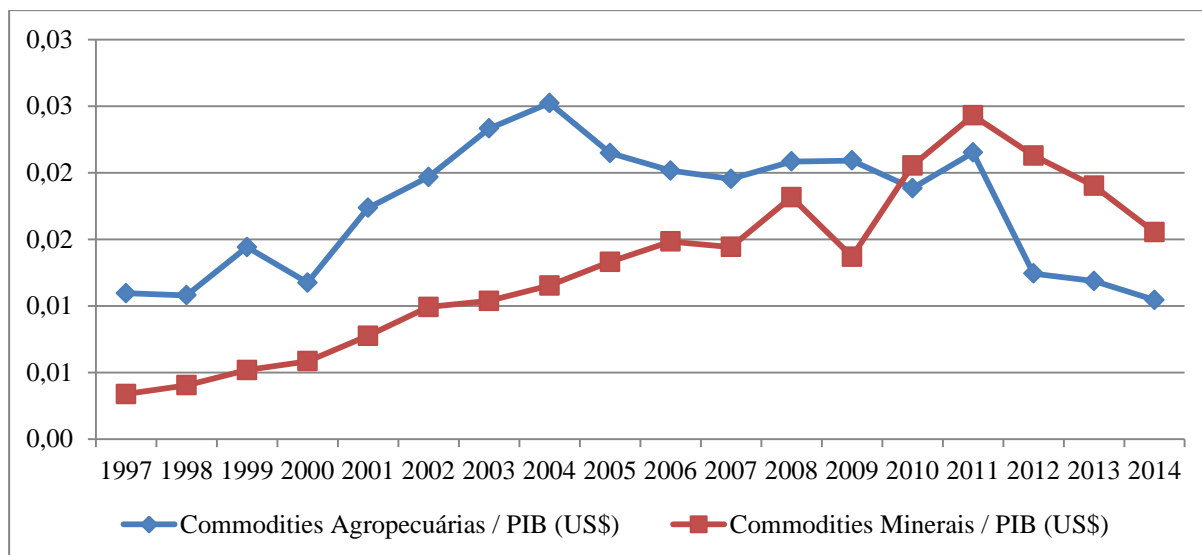


**Gráfico 06: Índice de participação das exportações de *commodities* agropecuárias e minerais sobre as exportações brasileiras**

Fonte: elaboração do autor com dados da SECEX/MDIC, Brasil (2015).

Nesses aspectos, a compreensão do comércio internacional brasileiro e sua capacidade de construção de mercados externos são relativamente afetadas pelo desempenho macroeconômico internacional. Não apenas as questões de ordem doméstica afetam seu comércio, sendo elas as de menor relevância no contexto da inserção econômica comercial, mas a conjuntura externa tem relevância acentuada nas relações comerciais. Adicionalmente, destaque-se, que, os acordos comerciais entre os países também têm forte relevância na construção do comércio global e não deixam incólumes as suas ações a nenhum país que se relaciona comercialmente com o resto do mundo.

No que se refere à participação das exportações de *commodities* em relação ao PIB brasileiro, os dados do gráfico 7 mostram que há elevação substancial das agropecuárias até o ano de 2004. A partir daí, registra-se redução da participação dessas *commodities* e se acentua a participação das minerais. No ano de 2009, reduz-se a participação desta e daquela, crescem até 2011 e denunciam redução nos anos de 2012 a 2014. Assim, pode-se destacar que há uma relação relativamente semelhante do desempenho do setor externo da economia brasileira e o crescimento do PIB no país. É importante destacar a forte participação do comércio internacional brasileiro na composição de seu PIB e a substancial participação do setor de *commodities* nesta composição, sobretudo em anos de crescimento.



**Gráfico 07: Índice de participação das *commodities* agropecuárias e minerais sobre o Produto Interno Bruto brasileiro – 1997-2014.**

Fonte: elaboração do autor com dados da SECEX/MDIC, Brasil (2015).

Pelo gráfico, é possível observar que há relação positiva entre as exportações de *commodities* e o PIB brasileiro. Considerando-se as oscilações cíclicas e períodos de forte demanda internacional pelos produtos domésticos, há uma relação diretamente proporcional entre o PIB e as exportações de *commodities* agropecuárias e minerais do Brasil.

#### 4. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar o comportamento do comércio internacional brasileiro no final dos anos de 1990 e nos anos 2000, com destaque para a intensidade tecnológica das exportações industriais e para o setor de *commodities* agropecuárias e minerais, em maior dimensão. O que se observou foi que a dinâmica do comércio internacional brasileiro apresentou comportamento cíclico ao longo dos anos de 1990 e dos anos 2000. O final dos anos de 1990 foi de recessão do comércio internacional brasileiro. Tanto as exportações quanto as importações variaram negativamente naqueles anos. A recuperação do crescimento do comércio internacional aconteceu nos anos 2000, mas com oscilações substanciais ao longo dos anos.

Ademais, foi possível observar a dependência externa brasileira de produtos com alta e média-alta intensidade tecnológica. Setores industriais desta natureza, além de apresentaram menor participação no comércio externo de produtos produzidos no Brasil, essa dependência se elevou ao longo dos anos. Ou seja, as exportações brasileiras de setores assim caracterizados, além de se reduzirem, a redução foi aprofundada ao longo da série. O que se registrou, de fato, foi o ganho de participação de produtos com baixa intensidade tecnológica e de produtos industrializados na pauta de exportações do país.

Outro fator agravante, que merece devida atenção, foi a elevação da dependência brasileira de importação de produtos de média-alta intensidade tecnológica no comércio internacional. Pelas informações quantitativas analisados no artigo, foi possível perceber que além de reduzir sua participação no comércio internacional de produtos com elevada tecnologia, o país ainda eleva suas importações nesse setor. O resultado foi que, somente em 2005, para os produtos industriais de média-alta; e, em 2011, para os produtos de alta intensidade tecnológica, o país apresentou superávit nas relações comerciais. Em todos os

demais anos da série, registrou-se saldo comercial negativo nas relações comerciais de produtos industriais com elevada tecnologia.

Adicionalmente, destaque-se, que, setores industriais de baixa intensidade tecnológica e setores não industriais, o país apresentou desempenho positivo no comércio internacional. Foi substancialmente elevado e crescente o saldo comercial nesses setores ao longo da série. Esses resultados mostram que há a necessidade de constituição de políticas industriais no país, com o fito de elevar a produção e a produtividade de setores com alta tecnologia, para que o país possa tornar-se competitivo internacionalmente, bem como menos dependente internamente de produtos externos de maior valor agregado.

No que se referem à variação das exportações, importações e do PIB brasileiro, pode-se observar que as oscilações foram insistentes ao longo dos anos. A dinâmica macroeconômica internacional provocou perturbações cíclicas na variação do PIB e das exportações e importações do país. Crises internas, externas e movimentos rápidos na conjuntura política (atentados de 11 de setembro e eleições presidências do Brasil 2002) e econômicas (apagões em 2001 e crise Argentina no mesmo ano e a crise internacional de 2008 e seus reflexos) perturbaram o desempenho econômico brasileiro e afetaram a variação do seu comércio externo.

Movimentos cíclicos macroeconômicos perturbaram o desempenho do comércio internacional. As *commodities* agropecuárias e minerais foram afetadas em menor intensidade. A partir de 2005, a elevação dos preços internacionais desses produtos permitiu bom desempenho do Brasil no comércio internacional, bem como mantiveram saldo comercial expressivo, nos anos 2000. Porém, a partir de 2012, a retração do comércio internacional dessas *commodities* pode ser observada, com variação negativa registrada nesses anos. Mesmo assim, é possível afirmar a forte contribuição que eles têm na pauta de exportações brasileiras. Foi crescente essa participação, a partir do ano 2000, e a ruptura ocorreu apenas a partir de 2011, com a redução da demanda internacional.

Ademais, as exportações de *commodities* agropecuárias e minerais brasileiras apresentam movimento crescente, também cíclico, ao longo dos anos, com perturbações mais abruptas a partir de 2008. No entanto, é inegável o desempenho das *commodities* tanto na pauta de exportações do país quanto na composição do PIB ao longo dos anos 2000.

Pela discussão aqui apresentada, fica evidente que o Brasil apresentou bom desempenho no comércio internacional ao longo da série analisada. Mas se registra a necessidade de maior inserção brasileira no comércio exterior, a partir da elevação de sua participação na produção e comercialização de produtos de maior intensidade tecnológica, já que nesse setor, as relações de troca fora deficitárias quase ao longo de toda a série. Ademais, a diversificação da pauta de exportação e a entronização de produtos de maior valor agregado nessa pauta pode melhorar a performance brasileira, bem como reduzir sua dependência externa de produtos de alta tecnologia, o que será muito importante para a promoção do desenvolvimento do país.

## 5. Referências bibliográficas

BACHA, E. (2013) Bonança externa e desindustrialização. Uma análise do período 2005-2011. In: BACHA, E.; BOLLE, M. (Org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BARROS, J. R. M. de; GOLDENSTEIN, L.. (1997) Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. *Revista de Economia Política* vol. 17, Nº 2 (66), 1997.

BATISTA JR., P.N. (1996) O Plano Real à Luz das Experiências Mexicana e Argentina. *Estudos Avançados*. São Paulo: nº 28, setembro/dezembro de 1996.

BELLUZZO, Luiz G.; ALMEIDA, Júlio C. (2002). *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. “Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual” in: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M. & CINTRA, M.A. M. (eds) *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL. (2015) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), 2015.

CARNEIRO, R.. (2002) Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP/IE-UNICAMP, 2002.

CINTRA, M. A. M.. (2006) Suave Fracasso – a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005. *Revista Novos Estudos*, novembro de 2006.

HIRATUKA, C.; SARTI, F.. (2015) Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 255, jun. 2015.

LAPLANE, M.; SARTI, F.. (1997) Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 8, Nº 1. 1997.

MEDEIROS, C. A. (2013) Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In CGEE. *Padrões de Desenvolvimento Econômico*, v. 2. América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: CGEE, 2013.

REMY, M. A. P. A. ; QUEIROZ, Silvana Nunes de. ; SILVA FILHO, L. A. . Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. *Revista da ABET (Impresso)*, v. X, p. 5778, 2011.

SERRANO, F.; SUMMA, R.. (2014) Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. Center for Economic and Policy Research. Texto Nº 400.

SILVA, J. A. da; LOURENÇO, J. L. de C.. (2014) Restrição Externa: A Economia Brasileira na Década Recente e o Modelo de Thirlwall. *Revista Economia & Tecnologia (RET)*, Vol. 10(4), p. 09-35, Out/Dez 2014.